



São Paulo, 06 de abril de 2017.

COMUNICADO AOS NOSSOS FORNECEDORES / PRESTADORES DE SERVIÇOS SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS E OUTROS REQUISITOS

Prezados Senhores.

Complementando o atendimento às exigências da Norma ISO 14001:2004, a Sabó deve comunicar aos seus fornecedores a necessidade do atendimento à legislação ambiental.

Para tanto relacionamos abaixo os principais requisitos legais e outros vigentes, que devem ser atendidos de acordo com o ramo de atividade de sua empresa.

Informamos que caso não haja nenhuma manifestação por parte da Vossa Empresa no prazo de 5 dias a partir do envio deste, entenderemos que todos os requisitos aplicáveis à atividade da Vossa Empresa estão sendo atendidos plenamente.

Informamos que eventualmente com agendamento prévio, a Sabó poderá realizar uma auditoria para comprovação do atendimento às referidas legislações.

Atenciosamente,

Mario Venancio Imperia

Coordenador de Qualidade e Ambiental

Antonio Carlos Bassichetto

Coordenador de Projetos e Instalações



Relação dos principais Requisitos Legais e Outros Requisitos

Geral

- **Lei 8.078 / 90;**
Código de proteção do consumidor.
Lei disponível no site: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm

Favor observar o ramo de atividade específico de sua Empresa:

1. Resíduos

1.1 Óleos / Solventes

- Licenciamento ambiental atualizado;
- Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:
 - **Portaria ANP Nº 159/98;**
"Determina registro de atividades de re-refino de óleos lubrificantes usados ou contaminados na ANP";
 - **Portaria ANP Nº 125/99 alterada pela Portaria ANP Nº 71/00 e Portaria ANP Nº 162/99;**
"Regulamenta a atividade de recolhimento, coleta e destinação final do óleo lubrificante usado ou acabado"; Revogada
 - **Portaria ANP Nº 127/99 alterada pela Portaria ANP Nº 71/00 e Portaria ANP Nº 128/99;**
"Regulamenta a atividade de coleta de óleo lubrificante usado ou contaminado a ser exercida por pessoas jurídicas sediadas no País, organizada de acordo com as leis brasileiras".
 - **Portaria ANP Nº 128/99 alterada pela Portaria ANP Nº 71/00;**
"Regulamenta a atividade industrial de re-refino de óleo lubrificante usado ou contaminado a ser exercida por pessoas jurídicas sediadas no País, organizada de acordo com as leis brasileiras". Revogada
 - **Resolução CONAMA Nº 362/06;**
"Estabelece novas diretrizes para o recolhimento e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado".
 - **Portaria MMA Nº 31/07;**
"Institui Grupo de Monitoramento Permanente para o acompanhamento da Resolução CONAMA nº 362/2005".
 - **Portaria Interministerial MME/MMA 464/07;**
"Estabelece diretrizes para recolhimento, coleta e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado".
 - **Lei Municipal Nº 14.802/08;**
"Dispõe sobre proteção ao meio ambiente através de controle de destino de óleos lubrificantes servidos, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências."
 - **Lei Municipal da Cidade de Mogi Mirim Nº 4.814/09;**
"Dispõe sobre a proteção do meio ambiente na comercialização, na troca e no descarte de óleo lubrificante, e dá outras providências."

- **Lei Estadual Nº 14.186/10;**
"Dispõe sobre a coleta, o recolhimento e o destino final das embalagens plásticas de óleos lubrificantes, e dá outras providências correlatas."
- **Resolução ANP 42/11**
"Estabelece os requisitos necessários à concessão de autorizações de construção e de operação de instalação de combustíveis líquidos automotivos, combustíveis de aviação, solventes, óleos lubrificantes básicos e acabados, GLP, óleo combustível, querosene iluminante e asfaltos a serem outorgadas a distribuidor, a transportador-revendedor-retalhista (TRR), a produtor de óleos lubrificantes acabados, a coletor de óleo lubrificante usado ou contaminado e a rerrefinador de óleo lubrificante usado ou contaminado, bem como à alteração de titularidade da autorização e à homologação de contratos de cessão de espaço"
- **Decreto 52647/11**
"Regulamenta a Lei nº 14.802, de 26 de junho de 2008, que dispõe sobre a proteção ao meio ambiente por meio do controle da destinação de óleos lubrificantes servidos, no âmbito do Município de São Paulo"
- **Portaria MMA 82/13**
Aprova o Regimento Interno do Grupo de Monitoramento Permanente da Resolução nº 362, de 23 de junho de 2005, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado.
- **RESOLUÇÃO ANP Nº 19/2009**
Estabelece requisitos para a atividade de rerrefino de óleo lubrificante usado ou contaminado. Obriga o rerrefinador a possuir autorização da ANP – Revoga as Portaria ANP nºs 125/99 e 128/99

1.2 Resíduos de Co-processamento

- Licenciamento ambiental atualizado;
 - Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:
- **Resolução CONAMA Nº 264/99;**
"Dispõe sobre o Licenciamento de Fornos Rotativos de Produção de Clínquer para Atividades de Co-Processamento de Resíduos".
 - **Norma CETESB P4. 263.**
"Dispõe sobre procedimento para Utilização de Resíduos em Fornos de Produção de Clínquer (Processo e 341/03) – dez/03"

1.3 Pneus Inservíveis

- Licenciamento ambiental atualizado;
- Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:



- **Resolução CONAMA Nº 258/99 alterada pela Resolução CONAMA Nº 301/02;**
"Dispõe sobre as empresas fabricantes e importadoras de pneus pneumáticos a coletar e dar destino final, ambientalmente adequada aos pneus inservíveis existentes no território nacional, e dá outras providências".
- **Instrução Normativa IBAMA Nº 8/02;**
"Institui, no âmbito do IBAMA, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução CONAMA n.º 258/99, e dá outras providências."
- **Resolução conjunta SMA/SS Nº 01 / 02;**
"Dispõe sobre a tritura ou retalhamento de pneus para fins de disposição em aterros sanitários e dá providências correlatas".
- **Portaria SECEX Nº 25/08 alterada pela Portaria SECEX Nº 24/099;**
"Dispõe sobre importação de pneumáticos".
- **Resolução CONAMA Nº 416/09;**
"Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências".

1.4 Resíduos Diversos

- **Resolução ANVS/RDC 161/04;**
"Proíbe a partir de 01/12/2004 a instalação de novas máquinas de lavar roupa que operem Com percloroetileno, como substância ou produto em qualquer concentração, que não possuam sistema de absorção de gases capaz de esgotar o percloroetileno residual do tambor de lavagem antes da abertura da porta de acesso, após ciclo de lavagem."
- **Resolução ANVS/RDC Nº 20/08;**
"Dispõe sobre o Regulamento Técnico sobre embalagens de polietilenotereftalato (PET) pós-consumo reciclado grau alimentício (PET-PCR grau alimentício) destinados a entrar em contato com alimentos."
- **Portaria LIMPURB/SES Nº 06/08;**
"Disciplina rotinas quanto ao cumprimento das determinações contidas na Resolução 420/04 da ANTT, no que diz respeito ao transporte rodoviário de resíduos de serviços de saúde."
- **Lei Municipal Nº 14803/08;**
"Dispõe sobre o Plano Integrado de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e seus componentes, o Programa Municipal de Gerenciamento e Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil conforme previstos na Resolução CONAMA nº 307/2002, disciplina a ação dos geradores e transportadores destes resíduos no âmbito do Sistema de Limpeza Urbana do Município de São Paulo e dá outras providências."
- **Decreto Estadual Nº 54.645/09;**
"Regulamenta dispositivos da Lei Nº 12.300 de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, e altera o inciso I do artigo 74 do Regulamento da Lei nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8.468, de 08 de setembro de 1976."
- **Lei Federal Nº 12.305/10;**
"Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências."



- **Resolução SMA 38/11**
“Estabelece a relação de produtores geradores de resíduos de significativo impacto ambiental, para fins do disposto no artigo 19, do Decreto Estadual nº 54.645, de 05/08/2009, que regulamenta a Lei Estadual nº 12.300, de 16/03/2006, e dá providências correlatas”
- **Decreto 53.323/12**
Aprova o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo.

Decreto 54.991/14

Aprova as alterações e consolida o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município de São Paulo (2014/2033)

Resolução AMLURB 19/14

Revoga a portaria 15/Limpurb/2008 e atualiza os procedimentos para avaliação do índice de Qualidade Global – IQG dos Serviços de Coleta, Tratamento e Destinação Final dos resíduos Sólidos Domiciliares (RSD) e dos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS)

Deliberação CORI 09/14

Estabelece a meta quantitativa do sistema de logística reversa de embalagens em geral de que trata item 5.7 do edital de chamamento 02/2012.

Deliberação CORI 09/14

Estabelece medidas para a simplificação dos procedimentos de manuseio, armazenamento seguro e transporte primário de produtos e embalagens descartados em locais de entrega integrantes de sistemas de logística reversa instituídos nos termos da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.

1.5 Pilhas e Baterias

Instrução Normativa IBAMA 08/12

"Institui, para fabricantes nacionais e importadores, os procedimentos relativos ao controle do recebimento e da destinação final de pilhas e baterias ou produto que as incorporem".

2. Transporte (Verificar adequação dos Transportadores que prestam serviços à sua empresa)

- Licenciamento ambiental atualizado;
- Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:
 - **Decreto Federal Nº 96.044/88 alterado pelo Decreto Nº 4.097/02;**
“Regulamenta o transporte de cargas perigosas”;
 - **Portaria INMETRO Nº 110/94;**
“Estabelece requisitos a serem satisfeitos por veículos e equipamentos utilizados no transporte rodoviário de produtos perigosos”;



- **Portaria IBAMA Nº 85/96;**
“Dispõe sobre a criação e adoção de um Programa Interno de Autofiscalização da Correta Manutenção da Frota quanto à Emissão de Fumaça Preta a toda Empresa que possuir frota própria de transporte de carga ou de passageiro”;
- **Portaria DENATRAN Nº 20/02;**
“Estabelecer procedimentos para aplicação dos Dispositivos Refletivos de Segurança em veículos de carga com peso bruto total (PBT) superior a 4.536Kg”;
- **Portaria MT Nº 349/02**
“Aprova as Instruções para a Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Âmbito Nacional”;
- **Lei Municipal Nº 11.368/93;**
“Dispõe sobre o transporte de produtos perigosos de qualquer natureza por veículos de carga no Município de São Paulo, e dá outras providências”;
- **Decreto Municipal Nº 3.6957/97;**
“Regulamenta a Lei n.º 11.368, de 17.05.93, que dispõe sobre o transporte de produtos perigosos de qualquer natureza por veículos de carga no Município de São Paulo”;
- **Portaria Municipal Nº 77/98;**
“Dispõe sobre a Licença Especial de Trânsito de Produtos Perigosos”.
- **Portaria DSV Nº 15/98;**
“Dispõe sobre a regulamentação do transporte de produtos perigosos, no Município de São Paulo”.
- **NBR 7500:07;**
“Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos”;
- **NBR 7501:05;**
“Transporte terrestre de produtos perigosos - Terminologia”;
- **NBR 7503;**
“Ficha de emergência e envelope para o transporte terrestre de produtos perigosos - Características, dimensões e preenchimento”.
- **NBR 7504;**
“Envelope para o transporte de produtos perigosos - características e dimensões”.
- **NBR 8285;**
“Preenchimento da ficha de emergência para o transporte de produtos perigosos”.
- **NBR 8286;**
“Emprego da sinalização nas unidades de transporte e de rótulos nas embalagens de produtos perigosos”.
- **NBR 13221:10;**
“Transporte terrestre de resíduos”.
- **NBR 14064;**
“Atendimento a emergências no transporte terrestre de produtos perigosos”.

- **NBR 14619:05;**
"Transporte terrestre de produtos perigosos – incompatibilidade química".
- **Resolução CONAMA Nº 252/99;**
"Estabelece, para os veículos rodoviários automotores, inclusive veículos encarroçados, complementados e modificados, nacionais ou importados, limites máximos de ruído nas proximidades do escapamento, para fins de inspeção obrigatória e fiscalização dos veículos em uso".
- **Lei Municipal Nº 13.847/04;**
"Dispõe sobre a sinalização por meio de pintura retroreflexiva das caçambas coletoras de entulhos, e dá outras providências".
- **Portaria INMETRO Nº 156/04;**
"Estabelece prazo de 12 (doze) meses para as verificações periódicas dos medidores de velocidade de veículos automotores".
- **Resolução CONTRAN Nº 157/04, alterada pela Resolução CONTRAN Nº 272/08;**
"Fixa especificações para os extintores de incêndio, equipamento de uso obrigatório nos veículos automotores, elétricos, reboque e semi-reboque, de acordo com o Artigo 105 do Código de Trânsito Brasileiro".
- **Portaria SUP/DER Nº 64/04;**
"Dispõe sobre a circulação de veículos de carga na SP-304, no trecho que especifica".
- **Deliberação CONTRAN Nº 30/01;**
"Estabelecer a obrigatoriedade de utilização de dispositivo de segurança para prover melhores condições de visibilidade diurna e noturna em veículos de transporte de carga em circulação".
- **Instrução normativa SDA Nº 04/04;**
"Estabelece, em caráter emergencial, até que se complete o processo de ajustamento da Legislação Fitossanitária Brasileira, a Norma Internacional e cumprimento dos prazos de notificação aos organismos internacionais, os procedimentos de inspeção e fiscalização de embalagens e suportes de madeira utilizados no transporte de mercadorias no comércio internacional".
- **NBR 7503/05;**
"Ficha de emergência e envelope para o transporte terrestre de produtos perigosos – Características, dimensões e preenchimento".
- **Portaria INMETRO Nº 104/06;**
"Dispõe sobre procedimentos para a realização das inspeções de segurança veicular".
- **NBR 14.619/06;**
"Transporte terrestre de produtos perigosos - Incompatibilidade química".
- **Portaria INMETRO Nº 176/06;**
"Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade - Instrução para Preenchimento de Registros de Inspeção da Área de Produtos Perigosos".
- **Portaria DNIT Nº 1.067/06;**
"Revoga a Portaria nº 11/2003".



- **Portaria MMA Nº 253/06.**
"Institui, no âmbito do IBAMA, o Documento de Origem Florestal - DOF em substituição à Autorização para Transporte de Produtos Florestais - ATPF".
- **Resolução ANTT Nº 1.573/06;**
"Institui o Regime de Infrações e Penalidades do Transporte Ferroviário de Produtos Perigosos no âmbito nacional".
- **Lei Estadual Nº 12.300/06;**
"Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes".
- **Resolução ANTT Nº 420/04, alterada pela Resolução ANTT Nº 1.644/06, alterada Resolução ANTT Nº 2.657/08, alterada pela Resolução ANTT Nº 3383/10 e alterada pela Resolução ANTT Nº 3648/11;**
"Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos."
- **Portaria INMETRO 250/06;**
"Aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Contentores Intermediários para Granéis (IBC) utilizados no transporte terrestre de produtos perigosos."
- **Portaria INMETRO 259/06;**
"Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade para Inspeção Periódica de Tanques de Carga em Plástico Reforçado com Fibra de Vidro para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos a Granel (RTQ PRFVi)."
- **Resolução ANTT 1.713/06;**
"Dispõe sobre o tráfego de produtos perigosos na Ponte Rio-Niterói."
- **Portaria INMETRO 326/06 ;**
"Dispõe sobre a certificação das embalagens utilizadas no transporte terrestre de produtos perigosos".
- **Resolução CONTRAN 210/06;**
"Estabelece os limites de peso e dimensões para veículos que transitem por vias terrestres e dá outras providências."
- **Portaria CPRN Nº 24/06;**
"Dispõe sobre Licença para transportes de produtos e subprodutos florestais de origem nativa."
- **Portaria INMETRO 255/07;**
"Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade para Registro de Descontaminador de Equipamentos para Transporte de Produtos Perigosos".
- **Resolução ANTT Nº 1.737/06;**
"Estabelece procedimentos de registro e fiscalização, institui infrações e sanções referentes ao Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC, e dá outras providências."
- **Lei Federal Nº 11.442/07 alterada pela Lei nº 12.249/10, 12.667/12, 13.103/15 e regulamentada pela Resolução ANTT nº 4.799/15**
"Dispõe sobre o transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e revoga a Lei nº 6.813, de 10 de julho de 1980."



- **Resolução CONTRAN Nº 258/07;**
"Regulamenta os artigos 231, X e 323 do Código de Trânsito Brasileiro, fixa metodologia de aferição de peso de veículos, estabelece percentuais de tolerância e dá outras providências."
- **Resolução ANTT Nº 2550/08;**
"Dispõe sobre o exercício da atividade de transporte rodoviário de carga por conta de terceiros e mediante remuneração e estabelece procedimentos para inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC, e dá outras providências"
- **Lei Estadual Nº 7.452/91;**
"Estabelece penalidades administrativas em casos de danos causados aos bens de uso comum sob administração do órgão rodoviário estadual."
- **Portaria SVMA Nº 35/08 alterada pela Portaria Nº 37/08;**
"Estabelece rotinas de inspeção na frota de veículos movidos à diesel".
- **Portaria INMETRO Nº 347/08;**
"Determina que as embalagens reutilizáveis, empregadas no transporte terrestre de produtos perigosos, cuja massa líquida não exceda a 400 quilogramas ou cujo volume não exceda a 450 litros, serão submetidas à certificação compulsória quando novas, refabricadas ou quando recondiçionadas".
- **Portaria INMETRO Nº 451/08;**
"Aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Tanques Portáteis Utilizados no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos".
- **Portaria INMETRO Nº 452/08;**
"Aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Embalagens Grandes Utilizadas no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos".
- **Portaria INMETRO Nº 453/08;**
"Aprova o Regulamento de Avaliação da Conformidade para Embalagens Recondicionadas Utilizadas no Transporte Terrestre de Produtos Perigosos".
- **Portaria INMETRO Nº 457/08;**
"Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade 5 - Inspeção de Veículos Rodoviários Destinados ao Transporte de Produtos Perigosos".
- **Resolução ANTT Nº 2975/08;**
"Altera o Anexo à Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos".
- **Portaria INMETRO Nº 101/09;**
"Aprova a nova 'Lista de Grupos de Produtos Perigosos' e o novo Anexo E".
- **Decreto Municipal Nº 50446/09;**
"Regulamenta o transporte de produtos perigosos por veículos de carga nas vias públicas do Município de São Paulo, nos termos da legislação específica".
- **Portaria SVMA Nº 54/09;**
"Dispõe sobre o Plano de Atendimento a Emergências no transporte de produtos perigosos por veículo de carga nas vias públicas do Município de São Paulo."



Decreto Estadual Nº 54487/09;

“Altera a redação e inclui dispositivos e anexos no Regulamento da Lei Nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto Nº 8.468, de 8 de setembro de 1976, que dispõe sobre o controle da poluição do meio ambiente e dá outras providências.”

NBR 9735;

“Conjunto de equipamentos para emergências no transporte terrestre de produtos perigosos.”

Portaria INMETRO Nº 75/10;

“Estabelece que a verificação de carroçarias de caminhões terá a validade de 2 anos, a partir da data de sua realização indicada no certificado de verificação.”

Portaria INMETRO Nº 76/10;

“Estabelece que a verificação de veículos-tanque rodoviários terá a validade de 02 anos, a partir da data de sua realização indicada no certificado de verificação”.

Instrução Normativa IBAMA Nº 06/10;

“Estabelece procedimentos visando a redução de emissão de poluentes por veículos automotores”.

Portaria DSV 69/11

“Proíbe a circulação de veículos que transportam produtos perigosos, de segundas a sextas-feiras, exceto feriados, no período das 5h00 às 10h00 e das 16h00 às 21h00, nas situações que menciona”.

NBR 7500:11

“Identificação para o transporte terrestre, manuseio, movimentação e armazenamento de produtos”.

Resolução ANTT 3.745/11

Altera a Resolução nº 3.056, de 12 de março de 2009, que dispõe sobre o exercício da atividade de transporte rodoviário de cargas por conta de terceiros e mediante remuneração e estabelece procedimentos para inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC.

Portaria SMT 143/11

Dispõe sobre o trânsito de caminhões na Marginal Tietê e outras vias do Município e estabelece suas excepcionalidades.

Obs. Restringe o acesso de caminhões nas Vias Estruturais Restritas - VER, regulamentadas de 2ª a 6ª feira das 04h às 10h e das 16h às 22h, aos sábados das 10h às 14h, exceto feriados.

Resolução ANTT 3.762/12

Altera e revoga dispositivos da Resolução ANTT nº 3.665, de 04 de maio de 2011, que “Atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos”.

Resolução ANTT 3.763/12

Altera o Anexo da Resolução nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

Deliberação CONSEMA 05/12

Acrescenta recomendações ao Plano de Controle da Poluição Veicular - PCPV.

Decreto 52.920/12

Introduz alterações no artigo 2º do Decreto nº 50.232, de 17 de novembro de 2008, que dispõe sobre o Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso - I/M-SP; revoga o Decreto nº 51.469, de 07 de maio de 2010.



Resolução CONAMA 451/12

Altera os limites de emissão da tabela 3 do Anexo I da Resolução 418, de 25 de novembro de 2009, que dispõe sobre critérios para a elaboração de Planos de Controle de Poluição Veicular - PCPV e para a implantação de Programas de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso-I/M pelos órgãos estaduais e municipais de meio ambiente.

Instrução normativa IBAMA 05/12

"Dispõe sobre o procedimento transitório de autorização ambiental para o exercício da atividade de transporte marítimo e interestadual, terrestre e fluvial, de produtos perigosos".

Portaria DPRF 123/12

Estabelece o prazo para apresentação de defesa e interposição de recurso contra notificações de autuação e penalidades por infrações ao Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Resolução ANTT 3.880/12

Estabelece os códigos e os desdobramentos para as infrações aplicáveis devido à inobservância do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Resolução ANTT 3.886/12

Altera a Resolução ANTT nº 3.665, de 04 de maio de 2011, que atualiza o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Resolução ANTT 3.887/12

Altera o anexo da Resolução ANTT nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, que aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos.

Portaria SMT 123/12

Dispõe sobre o trânsito de caminhões na Marginal Tietê e outras vias do Município e estabelece suas excepcionalidades.

Resolução ANTT 3924/12

Altera o anexo à Resolução ANTT nº 3.880, de 22 de agosto de 2012, que estabelece os códigos e os desdobramentos para as infrações aplicáveis devido à inobservância do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Resolução ANTT 3.906/12

Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, aprovado pela Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, e insere dispositivo na Resolução nº 442, de 17 de fevereiro de 2004.

Resolução ANTT 3924/12

Altera o anexo à Resolução ANTT nº 3.880, de 22 de agosto de 2012, que estabelece os códigos e os desdobramentos para as infrações aplicáveis devido à inobservância do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Deliberação CONTRAN 136/13

Restabelece a eficácia da Resolução nº 417/2012, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que altera o artigo 6º da Resolução nº 405, de 12 de junho de 2012, que dispõe sobre a fiscalização do tempo de direção do motorista profissional de que trata o artigo 67-A, incluído no Código de Trânsito Brasileiro - CTB, pela Lei n 12.619, de 30 de abril de 2012, e dá outras providências.

Ato PGJ 61/12

Obs: Incluir na carta de comunicação de Requisitos Legais aos transportadores ou transportadores de produtos químicos perigosos.

**Portaria DSV 21/13**

"Proíbe a circulação de veículos que transportam produtos perigosos, de segunda a sexta-feira, exceto feriados, no período das 5:00h às 10:00h e das 16:00h às 21:00h, nas situações que especifica".

Resolução CONTRAN 441/13

Dispõe sobre o transporte de cargas de sólidos a granel nas vias abertas à circulação pública em todo o território nacional

Portaria INMETRO 423/13

"Altera a Portaria INMETRO nº 329/2012".

Resolução CONTRAN 455/13

Concede prazo de 180 dias para realização do curso especializado para transporte de cargas indivisíveis de que trata o item 6.5 do Anexo II da Resolução CONTRAN nº 168 de 14 de dezembro de 2004, e dá outras providências

Resolução Contran 473/14

Altera a Resolução Contran nº 168, de 14 de dezembro de 2004, que trata das normas e procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos e a resolução Contran nº 358, de 13 de agosto de 2010, que trata do credenciamento de instituições ou entidades públicas ou privadas para o processo de formação de condutores, com redação dada pela Resolução Contran nº 444, de 25 de junho de 2013.

Resolução ANTT 4.330/14

Prorroga o prazo de validade dos Certificados de Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga e dá outras providências.

Instrução Normativa DPRF 48/14

Dispõe sobre os prazos e procedimentos para apresentação de defesa da autuação e interposição de recurso contra notificações da autuação e penalidades por infrações ao Regulamento para Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

Resolução CONTRAN 521/15

Altera o § 2º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 157, de 22 de abril de 2004, com redação dada pelas Resoluções CONTRAN nº 333, de 06 de novembro de 2009, e nº 516, de 29 de janeiro de 2015, de forma a prorrogar o prazo fixado para a substituição dos extintores de incêndio com carga de pó BC pelos extintores de incêndio com carga de pó ABC

Resolução CONTRAN 552/15

Fixa os requisitos mínimos de segurança para amarração das cargas transportadas em veículos de carga.

Lei 16.160/15

Cria o Programa de reúso de água em postos de serviços e abastecimento de veículos e lava-rápidos no Município de São Paulo, e dá outras providências.

NBR 7.503:13 emenda 1:15

Transporte terrestre de produtos perigosos – Ficha de emergência e envelope – características, dimensões e preenchimento.



PORTARIA INMETRO Nº 71/2008

Dispõe sobre os prazos para certificação de embalagens utilizadas no transporte de produtos perigosos e para comercialização do estoque remanescente de embalagens não certificadas. Especifica os tipos de embalagens contemplados na Portarias INMETRO 250/05 e 326/06 revoga a Portaria INMETRO 08/08.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 2/1991

Dispõe sobre o tratamento a ser dado às cargas deterioradas, contaminadas ou fora de especificações.

RESOLUÇÃO ANTT Nº 3.665/2011

Regulamenta o exercício da atividade de transporte rodoviário de produtos perigosos realizado em vias públicas.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 168/2004

Dispõe sobre a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação e os cursos de formação, especializados e de reciclagem.

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 4.799/2015

Regulamenta procedimentos para inscrição e manutenção no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas, RNTRC

RESOLUÇÃO CONTRAN Nº 132/2002

Estabelece a obrigatoriedade de utilização de película refletiva para prover melhores condições de visibilidade diurna e noturna em veículos de transporte de carga em circulação.

DECRETO MUNICIPAL Nº 48.338/2007

Estabelece normas para o trânsito de caminhões e para operações de carga e descarga em estabelecimentos situados no Município de São Paulo-SP. Institui o cadastramento prévio na secretaria Municipal de Transportes dos caminhões que relaciona. Alterado pelo Decreto nº 49.487/08.

PORTARIA SVMA Nº 147/2009

Disciplina a inspeção anual de classes de veículos automotores que especifica independentemente do sistema de propulsão e do combustível utilizado. Determina a metodologia e limites de emissão e ruídos a serem atendidos por veículos do ciclo diesel,, veículos do ciclo Otto, motocicletas e motonetas do Município de São Paulo-SP.

PORTARIA DSV Nº 53/2012

Proíbe a circulação de veículos que transportam produtos perigosos nos dias, horários e locais que especifica no Município de São Paulo – SP. Revoga a Portaria DSV 77/11

3. Produtos Químicos

- Licenciamento ambiental atualizado;
- Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:
 - **Portaria MINJUST Nº 1.274/03;**
"Submete o controle e fiscalização dos produtos químicos relacionados nas Listas I, II, III, IV e nos seus respectivos Adendos".



- **Resolução CONAMA Nº 340/03;**
"Dispõe sobre a utilização de cilindros para o vazamento de gases que destroem a Camada de Ozônio, e dá outras providências".
- **NBR 14725;**
"Ficha de Informações de Segurança de Produtos Químicos – FISPQ";
- **Decreto Municipal Nº 38.231/99;**
"Dispõe sobre as medidas preventivas de proteção ao meio ambiente e de segurança do Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Líquidos Combustíveis - SASC, de uso automotivo, e dá outras providências".
- **Instrução Normativa IBAMA Nº 37/04, alterada pela Instrução Normativa Nº 52/04;**
"Dispõe sobre produção, comércio e uso de substâncias que Destroem a Camada de Ozônio".
- **NBR 10721;**
"Extintores de incêndio com carga de pó".
- **Resolução ANP Nº 24/06;**
"Estabelece os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição de solventes e a sua regulamentação".
- **Portaria DPC Nº 02/99;**
"Normatiza os processos atinentes aos requerimentos para obtenção de Licença e Certificado de Vistoria para fabricação, importação e exportação, comércio, depósito, manipulação, transporte e uso de produtos controlados".
- **Portaria Interministerial MME/MMA Nº 464/07;**
"Estabelece diretrizes para recolhimento, coleta e destinação de óleo lubrificante usado ou contaminado".
- **Portaria DPC Nº 03/08;**
"Dispõe sobre os processos para obtenção de Alvará e Certificado de Vistoria, inicial ou renovação ou atualização, relativos a fabricação, importação e exportação; comércio; depósito; manipulação; transporte e uso de produtos controlados".
- **NBR 14725-1**
"Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - Parte 1: Terminologia".
- **NBR 14725-2**
"Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - Parte 2: Sistema de classificação de perigo".
- **NBR 14725-3**
"Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - Parte 3: Rotulagem".
- **NBR 14725-4**
"Produtos químicos - Informações sobre segurança, saúde e meio ambiente - Parte 4: Ficha de informações de segurança de produtos químicos".

- **LEI FEDERAL Nº 11.442/2007;**
“Disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte de asbestos/amianto e dos produtos que o contenham, bem como das fibras naturais e artificiais, de qualquer origem, utilizadas para o mesmo fim.

- **PORTARIA INMETRO Nº 206/2011;**
Regulamenta a avaliação de conformidade para inspeção técnica e manutenção de extintores de incêndio.

- **PORTARIA INMETRO Nº 486/2010;**
Aprova a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para extintores de incêndio. Mantém, no âmbito do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade – SBAC, a certificação compulsória de extintores de incêndio, a qual deverá ser realizada por Organismo de Certificação de Produto – OCP acreditado pelo INMETRO

RESOLUÇÃO ANVISA Nº 161/2004

Proíbe a partir de 01/12/2004 a instalação de novas máquinas de lavar roupa que operem com percloroetileno, como substância ou produto em qualquer concentração, que não possuam sistema de absorção de gases capaz de esgotar o percloroetileno residual do tambor de lavagem antes da abertura da porta de acesso, após ciclo de lavagem.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 207/2008

Dispõe sobre o controle das importações referentes ao Anexo C, Grupo I dos Hidroclorofluorcarbonos – HCFCs e misturas contendo HCFCs, em atendimento à Decisão XIX/6 do Protocolo de Montreal.

DECISÃO CONFEA Nº 67/2000

Dispõe sobre o registro e a anotação de responsabilidade técnica das empresas e dos profissionais prestadores de serviços de desinsetização, desratização e similares

4. Calibração (Serviço de Análise Ambiental)

- Licenciamento ambiental atualizado;
- Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:
 - **NBR ISO IEC 17025;**
Credenciamento de laboratório.

 - **RBC.**
Rede Brasileira de Calibração.

5. Embalagem de Madeira

- Licenciamento ambiental atualizado;
- Pleno atendimento à Legislação Ambiental vigente, com destaque aos seguintes diplomas legais:
 - **Portaria CPRN Nº 24/06;**
“Dispõe sobre Licença para transportes de produtos e subprodutos florestais de origem nativa.”

 - **Instrução Normativa MMA Nº 06/06;**
“Dispõe sobre a reposição florestal e o consumo de matéria-prima florestal, e dá outras providências”.



- **Instrução Normativa IBAMA Nº 132/06;**
"Adota medidas restritivas à continuidade de atividades que envolvam produtos destinados à preservação de madeiras contendo os ingredientes ativos Lindano (gama-hexaclorociclohexano) e Pentaclorofenol (PCF) e seus sais no Brasil."
- **Resolução SMA Nº 40/06;**
"Regula a emissão do Certificado Florestal a ser expedido pelo DEPRN".
- **Decreto Estadual Nº 52.762/08;**
"Regulamenta a Lei Nº 10.780, de 09 de março de 2001, que dispõe sobre a reposição florestal no Estado de São Paulo e dá providências correlatas".
- **Lei Estadual Nº 13600/09;**
"Dispõe sobre o comércio ilegal de madeiras no Estado e dá providências".
- **Instrução Normativa IBAMA 21/13**
"Institui o Documento de Origem Florestal - DOF que constitui-se licença eletrônica obrigatória para o transporte, beneficiamento, comércio, consumo e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, contendo as informações sobre a procedência desses produtos na forma que especifica

Lei 5.429/13

Estabelece procedimento de controle ambiental para utilização, armazenamento ou transporte de produtos e subprodutos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, no Município de Mogi Mirim

Instrução Normativa IBAMA 10/14

Altera a Instrução Normativa IBAMA 10/14

Instrução Normativa IBAMA 21/14

Institui o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR, com a finalidade de controlar a origem da madeira, dos carvão e de outros produtos e subprodutos florestais e integrar os respectivos dados dos diferentes entes federativos.

Instrução Normativa Conjunta DAS-IBAMA-ANVISA 02-15

"Autoriza o uso de brometo de metila no Brasil exclusivamente em tratamento fitossanitário com fins quarentenários nas operações de importação e de exportação, na forma que especifica".

RESOLUÇÃO SMA Nº 92/14

Define as autorizações para uso e manejo de fauna silvestre no Estado de São Paulo e implanta o Sistema Integrado de Gestão de Fauna Silvestre (GEFAU) / Revoga Resolução 25/10